RESTAURA
BIOMAS

Territórios da Restauração

Guia prático sobre critérios de reconhecimento



Agência Implementadora:

Agência Executora:

Parceiros:

Coordenação:

Entenda o que é um território da restauração





Aprenda a interpretar os critérios

Organize suas evidências





Prepare sua candidatura

A restauração da vegetação nativa acontece nos territórios. É nos municípios, nas bacias hidrográficas, nos corredores ecológicos e nas paisagens onde pessoas, instituições e iniciativas se articulam para recuperar áreas degradadas, conservar a biodiversidade e promover benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Os Territórios da Restauração são uma estratégia da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg) para reconhecer e fortalecer esses arranjos territoriais já existentes. Eles não são criados pelo governo. Pelo contrário, partem de processos que já estão acontecendo e que demonstram capacidade de mobilizar atores, planejar ações e impulsionar a restauração em escala.

O que são os Territórios da Restauração?



NÃO É

- Um projeto isolado ✗
- Uma propriedade rural ✗
- Uma certificação ambiental ✗

É

- Uma articulação territorial ✓
- Uma estratégia de planejamento ✓
- Uma rede de atores comprometidos com a restauração ✓

Por que os Territórios da Restauração foram criados?

O Brasil assumiu compromissos importantes para ampliar a recuperação da vegetação nativa. Porém, para alcançar esses objetivos, é preciso ir além de projetos isolados de restauração. Em muitos lugares já existem iniciativas, organizações e recursos disponíveis. O desafio é conectá-los, fortalecê-los e criar condições para que atuem de forma articulada.

Foi para responder a esse desafio que surgiu a estratégia dos **Territórios da Restauração**. Seu objetivo é reconhecer e apoiar territórios capazes de impulsionar a restauração em escala, fortalecendo a governança local, a organização de informações, o monitoramento, a cadeia produtiva da restauração e a mobilização de investimentos.

Nesse sentido, os **Territórios da Restauração** foram criados para:

Reconhecer e dar visibilidade a arranjos locais que já atuam na restauração

Fortalecer a governança territorial e a cooperação entre instituições

Organizar informações que ajudem no planejamento de ações e investimentos

Criar condições favoráveis (as chamadas "condições habilitantes") para ampliar a escala, a qualidade e a efetividade da restauração

Apoiar o cumprimento das metas nacionais e dos compromissos internacionais do Brasil com a restauração de ecossistemas

Um Território da Restauração não é apenas um lugar. É uma rede de pessoas, organizações e iniciativas que trabalham juntas para promover a restauração da vegetação nativa em um território.



Como funciona um Território da Restauração?

Um Território da Restauração reúne diferentes atores que possuem papéis complementares.

Alguns produzem sementes e mudas; outros oferecem assistência técnica, ou atuam no monitoramento e na implementação. Podem compreender organizações da sociedade civil, universidades, comunidades locais, povos indígenas, produtores rurais, órgãos públicos, dentre outros.

Quando esses atores trabalham de forma coordenada, aumentam as chances de que a restauração aconteça de maneira mais eficiente, duradoura e em maior escala.

É justamente essa articulação que a Conaveg busca reconhecer e fortalecer.



Quem faz o território acontecer?

Para que um território possa participar da estratégia dos Territórios da Restauração, é necessário que exista uma organização responsável por articular os atores locais e coordenar o processo de candidatura. Essa instituição é chamada de **Organização Articuladora.**

Além dela, o território deve contar com a participação de outras instituições, iniciativas ou grupos que atuam na restauração no território. Eles são chamados de **Organizações Parceiras.**

Organização Articuladora

É a instituição responsável por:

- **Mobilizar os participantes do território**
- **Coordenar o diálogo**
- **Organizar informações e evidências**
- **Preencher e apresentar a candidatura**

Organizações Parceiras

São as instituições, grupos e iniciativas que contribuem para a construção e implementação das ações de restauração no território.



Em que fase meu território está?

Os territórios não estão todos em uma mesma fase de maturidade e desenvolvimento de ações de restauração.

Enquanto alguns já possuem redes de parceiros estruturadas e ações de restauração em andamento, outros ainda estão organizando informações, fortalecendo a governança ou construindo novas parcerias.

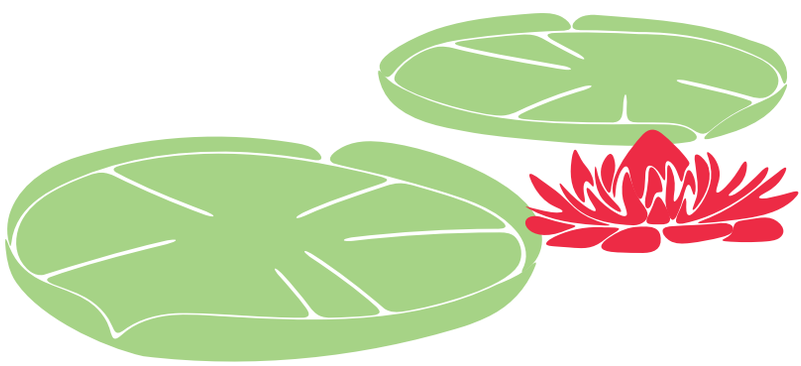
Por isso, os Territórios da Restauração reconhecem diferentes estágios de desenvolvimento.

As fases ajudam a compreender o estágio de desenvolvimento de cada território. Elas não servem para compará-los, mas para identificar avanços, lacunas e próximos passos ao longo do tempo.

As fases

Estruturação	Primeiros passos de organização.
Preparação	Planejamento e diagnósticos mais consolidados.
Implementação	Ações sendo executadas.
Escalonamento	Ampliação e fortalecimento das ações.

Para identificar em que fase o seu território se encontra, é preciso observar diferentes critérios e verificar o que já está organizado e o que ainda precisa ser fortalecido.



Como interpretar os critérios?

Os critérios são ferramentas que ajudam a compreender a fase em que o território está, avaliando o nível de organização e a capacidade de um território para promover a restauração.

Mais do que verificar documentos, eles procuram identificar aspectos fundamentais para que a restauração aconteça e permaneça ao longo do tempo.

Ao analisar cada critério, o foco não deve estar apenas na existência de documentos comprobatórios, mas em verificar se o aspecto avaliado está presente no território e se funciona na prática.

Por isso, diferentes tipos de evidências podem ser aceitos, respeitando as características e realidades de cada território.

Os critérios avaliam capacidades territoriais, e não apenas documentos.

Critérios e indicadores: como essa avaliação funciona?

Os Territórios da Restauração são avaliados a partir de **sete critérios**, que analisam diferentes aspectos da capacidade do território para promover a restauração.

Cada critério é composto por indicadores que permitem acompanhar a trajetória de evolução progressiva do território ao longo das quatro fases de desenvolvimento:



Fase 1 Estruturação

Fase 2 Preparação

Fase 3 Implementação

Fase 4 Escalonamento



É importante entender que os territórios não evoluem de forma uniforme em todos os sete critérios estabelecidos.

Isso significa que um mesmo território pode estar mais avançado em alguns temas e ainda em processo de organização em outros.

Por exemplo, um território pode possuir uma governança territorial consolidada, mas ainda não possuir estratégia de financiamento ou salvaguardas socioambientais elaboradas.

Essa avaliação ajudará a identificar os critérios que ainda precisam ser desenvolvidos e a definir ações para superar essas lacunas. Assim, o território pode fortalecer suas capacidades e avançar de fase.

Para estar em uma fase mais avançada, o território precisa atender aos indicadores dessa fase em todos os sete critérios de avaliação. Também deve atender aos indicadores previstos para as fases anteriores.



OS SETE CRITÉRIOS NA PRÁTICA

Os sete critérios representam dimensões consideradas para que a restauração aconteça de forma estruturada.

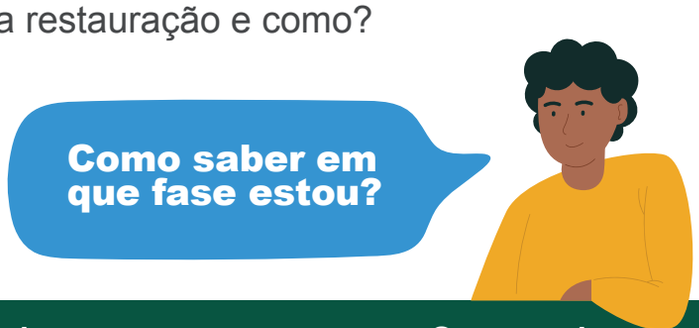
Cada critério observa um aspecto específico do território e, juntos, eles ajudam a compreender como o território está organizado para promover a restauração e identificar oportunidades de aprimoramento.

CRITÉRIO 1

Arranjo institucional de governança territorial

O arranjo institucional de governança territorial constitui elemento central da estratégia. Esse critério busca identificar como os atores do território se organizam, tomam decisões e coordenam atividades.

Pergunta-chave: Quem está mobilizando, articulando e conduzindo a agenda da restauração e como?



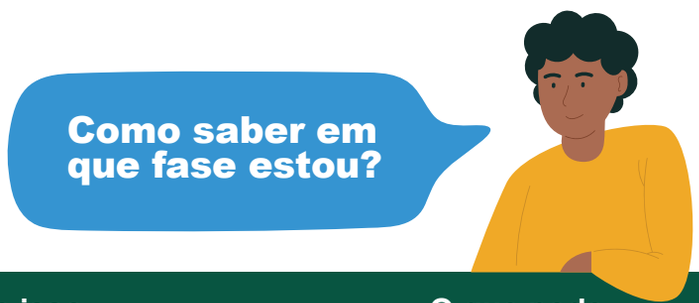
Se o território...	O que isso significa na prática?	Pode estar na fase de...	O que pode comprovar (evidências)
Possui Organização Articuladora e no mínimo 2 parceiros atuando de forma colaborativa	Existem atores identificados e minimamente organizados para conduzir a agenda de restauração	Estruturação	Carta de parceria, termo de cooperação, ofícios, atas, registros de reuniões
Possui uma rede ampliada de no mínimo 4 parceiros, com diferentes perfis e funções	A articulação territorial está crescendo e incorporando novos atores	Preparação	Lista de parceiros, acordos de cooperação, mapa de atores, planos de trabalho conjuntos
Possui instâncias de governança, regras e processos participativos definidos	Existem mecanismos formais para organizar decisões e ações do território	Implementação	Regimento, plano de governança, atas de reuniões, documentos institucionais
Possui governança ativa e funcionando regularmente com a participação de organizações e pessoas	A governança está operando na prática e apoiando a implementação da restauração	Escalonamento	Atas recentes, registros de oficinas, listas de presença, planos de ação executados

CRITÉRIO 2

Cadeia produtiva da restauração

Esse critério demonstra se existe e qual o nível das condições práticas necessárias para implementar a restauração.

Pergunta-chave: O território possui sementes, mudas, assistência técnica e serviços necessários para restaurar áreas?



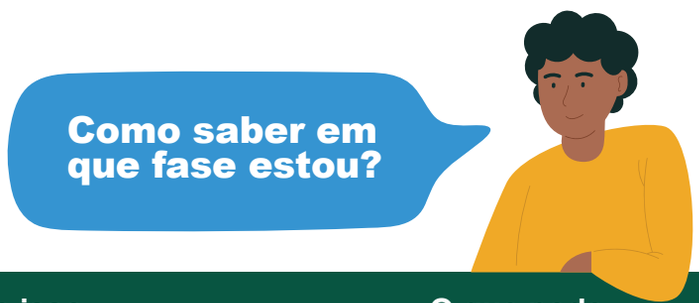
Se o território...	O que isso significa na prática?	Pode estar na fase de...	O que pode comprovar (evidências)
Identificou fornecedores, viveiros, redes de sementes e prestadores de serviços	Conhece os atores que compõem a cadeia da restauração	Estruturação	Listagens, cadastros, planilhas, diretórios de fornecedores
Mapeou e caracterizou esses prestadores	Possui informações mais detalhadas sobre localização e atuação	Preparação	Mapas, banco de dados, georreferenciamento, cadastro territorial
Comprovou que esses prestadores atuam no território	A cadeia produtiva é efetivamente utilizada pelas iniciativas locais	Implementação	Contratos, notas fiscais, recibos, imagens georreferenciadas, relatórios
Avaliou se a oferta existente atende à demanda potencial de restauração	O território compreende sua capacidade de expansão da restauração	Escalonamento	Estudos de demanda, diagnósticos, análises de mercado, planejamento territorial

CRITÉRIO 3

Salvaguardas socioambientais

Esse critério avalia se a restauração considera direitos, participação social e respeito às populações locais.

Pergunta-chave: As ações estão sendo conduzidas de forma justa, inclusiva e responsável?



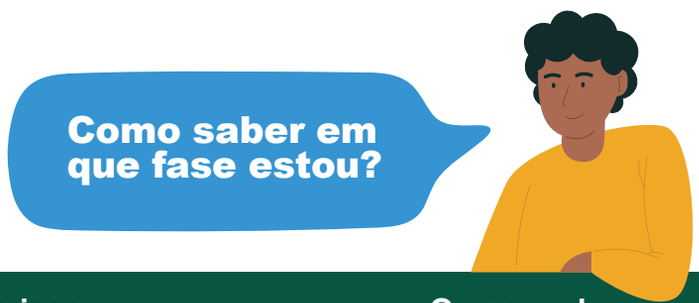
Se o território...	O que isso significa na prática?	Pode estar na fase de...	O que pode comprovar (evidências)
Identificou povos, comunidades, grupos sociais e riscos socioambientais	O território conhece seu contexto social e ambiental	Estruturação	Diagnósticos, mapeamentos sociais, relatórios territoriais
Elaborou um diagnóstico participativo de salvaguardas	Os atores locais contribuíram para identificar riscos e oportunidades	Preparação	Oficinas, consultas, atas, relatórios participativos
Possui plano de salvaguardas socioambientais	Existem protocolos e medidas para orientar a atuação no território	Implementação	Plano de salvaguardas, protocolos, manuais, acordos sociais
Monitora e aplica as salvaguardas nas ações de restauração	Os mecanismos de proteção e participação estão funcionando	Escalonamento	Relatórios de monitoramento, indicadores sociais, canais de escuta, ouvidorias

CRITÉRIO 4

Potencial de restauração

Esse critério analisa se existem oportunidades para ampliar a recuperação da vegetação nativa no território.

Pergunta-chave: O território conhece suas áreas passíveis de recuperação e suas possibilidades de restauração?



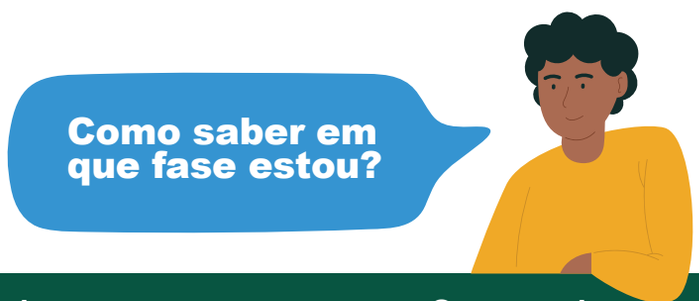
Se o território...	O que isso significa na prática?	Pode estar na fase de...	O que pode comprovar (evidências)
Possui diagnóstico socioambiental e territorial	Conhece suas áreas passíveis de recuperação e oportunidades de restauração	Estruturação	Mapas, diagnósticos, estudos territoriais
Identificou estratégias e modalidades de restauração adequadas ao território	Compreende quais abordagens de restauração podem ser utilizadas	Preparação	Relatórios técnicos, oficinas, estudos de viabilidade
Possui banco de áreas para restauração construído de forma participativa	Existem áreas priorizadas e organizadas para planejamento	Implementação	Banco de áreas, mapas georreferenciados, cadastros
Possui banco de áreas preparado para receber projetos e investimentos	O território está apto a ampliar ações de restauração	Escalonamento	CAR, PRA, bases e registros fundiários, registros geoespaciais

CRITÉRIO 5

Transparência e sustentabilidade das ações

Esse critério busca compreender como as iniciativas de restauração no território acompanham e comunicam seus resultados.

Pergunta-chave: As informações estão organizadas e acessíveis?



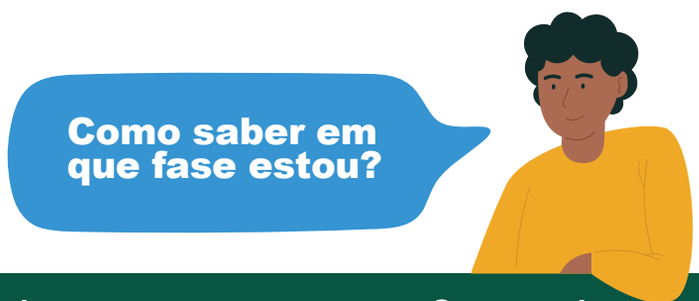
Se o território...	O que isso significa na prática?	Pode estar na fase de...	O que pode comprovar (evidências)
Identificou os projetos de restauração, se existentes	Conhece as iniciativas já implementadas no território	Estruturação	Inventários, planilhas, cadastros de projetos
Mapeou e caracterizou as iniciativas de restauração	Possui informações organizadas sobre os projetos	Preparação	Banco de dados, fichas técnicas, mapas
Compartilha informações georreferenciadas sobre as áreas restauradas	Existe transparência e integração com redes do bioma	Implementação	Plataformas, relatórios, mapas, arquivos vetoriais
Realiza monitoramento periódico das iniciativas	Existe acompanhamento dos resultados da restauração	Escalonamento	Relatórios de monitoramento, indicadores e avaliações periódicas

CRITÉRIO 6

Viabilidade econômica e estratégia de financiamento

Esse critério avalia a capacidade do território de manter e ampliar as ações de restauração.

Pergunta-chave: Existem caminhos para financiar a restauração ao longo do tempo?



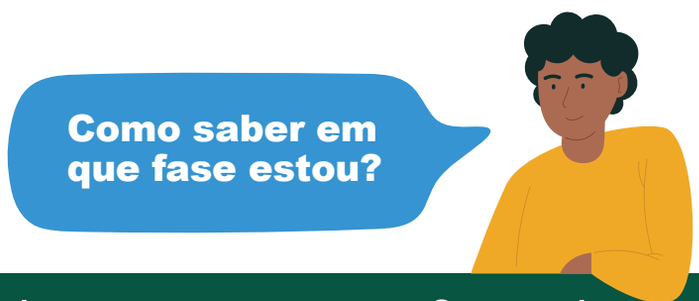
Se o território...	O que isso significa na prática?	Pode estar na fase de...	O que pode comprovar (evidências)
Identificou fontes e mecanismos de financiamento	Conhece oportunidades para financiar a restauração	Estruturação	Levantamentos, editais, listas de fundos e financiadores
Possui diagnóstico financeiro e projeções de custos	Entende os recursos necessários para avançar	Preparação	Planilhas financeiras, estudos econômicos, projeções
Elaborou uma estratégia de financiamento	Planejou como captar e mobilizar recursos	Implementação	Estratégia financeira, plano de investimentos, captação de recursos
Ampliou o acesso a recursos e implementa sua estratégia financeira	Existem resultados concretos de financiamento da restauração	Escalonamento	Contratos, convênios, termos de financiamento, relatórios financeiros

CRITÉRIO 7

Pesquisa, desenvolvimento, inovação e extensão

Esse critério tem a intenção de compreender se há conhecimento e apoio técnico sendo gerado e disponível para as pessoas que atuam com restauração no território.

Pergunta-chave: O território aprende, inova e compartilha conhecimento?



Se o território...	O que isso significa na prática?	Pode estar na fase de...	O que pode comprovar (evidências)
Identificou instituições de pesquisa, ensino e extensão que atuam no território	Conhece os atores que podem apoiar a geração de conhecimento	Estruturação	Levantamentos, listas de instituições, mapeamento de parceiros
Avaliou lacunas e oportunidades de pesquisa e extensão	Compreende quais conhecimentos precisam ser fortalecidos	Preparação	Diagnósticos, consultas, relatórios técnicos
Formalizou parcerias e desenvolve iniciativas de pesquisa ou extensão	Existe colaboração entre território e instituições de conhecimento	Implementação	Termos de cooperação, projetos, relatórios de atividades
Monitora e divulga resultados das iniciativas realizadas	O conhecimento produzido apoia a melhoria contínua da restauração	Escalonamento	Publicações, relatórios, bases de dados, registros de monitoramento

O que pode servir como evidência?

Uma das dúvidas mais frequentes dos territórios é:

Como comprovar que atendemos a determinado critério?



A resposta é simples: **por meio de evidências que demonstrem o que acontece na prática.**

As evidências podem assumir diferentes formatos e não precisam estar limitadas a documentos formais. Veja alguns exemplos:



Governança

Atas, termos, cartas de parceria



Planejamento

Diagnósticos, mapas, banco de áreas



Gestão

Relatórios indicadores



Registros territoriais
Fotos, vídeos, imagens georreferenciadas

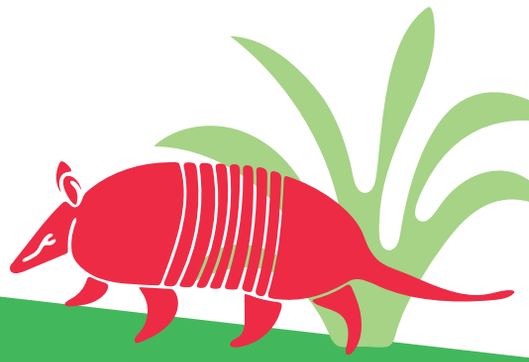


Participação social
Oficinas, registros de reuniões

O mais importante é que a evidência demonstre a realidade do território.

A Conaveg reconhece que muitos territórios têm parcerias e formas de organização não registradas formalmente, e que exigir apenas documentos formais poderia deixar de fora iniciativas legítimas. Por isso, a orientação é apresentar as melhores evidências disponíveis, compatíveis com a realidade de cada território — não é necessário ter tudo formalizado no "modelo ideal" para participar.

Como fazer uma autoavaliação?



1 Reúna as organizações e defina qual será a Organização Articuladora e quais serão as Organizações Parceiras

2 Analisem os sete critérios

3 Organize as evidências disponíveis

4 Identifique em que fase cada critério se encontra

5 Preencha a candidatura

6 Envie a proposta para a Conaveg



O que observar durante a autoavaliação?

Para cada critério, pergunte:

- O que já está organizado?
- Quais evidências existem para demonstrar isso?
- O que ainda precisa ser fortalecido?
- Em que fase esse critério se enquadra melhor?

Não procure a perfeição

O reconhecimento dos Territórios da Restauração também é uma oportunidade para identificar desafios e orientar o fortalecimento do território.

Mais importante do que apresentar uma estrutura perfeita é demonstrar, por meio de evidências, como o território vem construindo sua capacidade de promover a restauração.

A avaliação realizada pela Conaveg não considera apenas informações quantitativas, como número de organizações envolvidas, viveiros ou projetos existentes.

Também são analisados aspectos qualitativos relacionados à articulação entre atores, ao funcionamento da governança, à participação social e à capacidade do território de impulsionar a restauração de forma consistente e duradoura.

Perguntas frequentes (FAQ)

O reconhecimento como Território da Restauração garante que eu vou receber financiamento?

Não. O reconhecimento não garante acesso automático a recursos financeiros.

Seu principal objetivo é reconhecer e dar visibilidade aos territórios que demonstram capacidade de promover a restauração. Esse reconhecimento pode contribuir para ampliar oportunidades futuras de apoio e financiamento, mas cada edital, fundo ou programa possui regras próprias para concessão de recursos.

Meu território compete com outros territórios pelo reconhecimento?

Não. Os Territórios da Restauração são uma estratégia baseada na cooperação e não na competição. O reconhecimento não funciona como um ranking e não existe um número limitado de territórios que podem ser reconhecidos em cada estado ou bioma.

Quem pode apresentar a candidatura de um território?

A candidatura deve ser apresentada por uma Organização Articuladora.

Podem exercer esse papel associações, organizações da sociedade civil, movimentos sociais organizados, instituições de pesquisa, órgãos públicos, consórcios intermunicipais, empresas ou outras instâncias territoriais que possuam atuação comprovada na restauração da vegetação nativa e capacidade para coordenar o processo.

A Organização Articuladora precisa fazer parte de uma rede de restauração por bioma para apresentar a candidatura de um território?

Não é obrigatório, mas é recomendável que as Organizações Articuladoras e Parceiras façam partes das redes de restauração por bioma para fortalecer suas capacidades e avançar nas fases de reconhecimento dos territórios estabelecidas pela Conaveg.

As redes e os coletivos de restauração por bioma poderão apresentar candidaturas de territórios?

Não. Redes e coletivos que atuam como Núcleos de Articulação por Bioma (NAB) na Conaveg participam do processo de análise das candidaturas e, por isso, não podem apresentar territórios para reconhecimento.

No entanto, essas redes podem apoiar a mobilização, a orientação e a preparação dos territórios interessados em participar.

Como faço para submeter a candidatura do meu território?

A Organização Articuladora deve preencher os formulários e anexos previstos no Edital Conaveg nº 002/2026 e encaminhá-los para:

conaveg@mma.gov.br

A submissão é gratuita e realizada exclusivamente por meio eletrônico.

Qual é o prazo para submeter a candidatura?

As candidaturas devem ser enviadas conforme os prazos definidos nos editais da Conaveg. O primeiro edital lançado foi Conaveg nº 002/2026.

Após o encerramento das inscrições, as propostas passam pelas etapas de análise técnica previstas pela Conaveg até a homologação final.

Consulte sempre o edital vigente para verificar datas, requisitos e procedimentos atualizados.

Meu território precisa corresponder exatamente a um município?

Não. O município é adotado como referência mínima preferencial para delimitação dos territórios, mas podem ser considerados outros recortes territoriais, como:

- Bacias hidrográficas
- Corredores ecológicos
- Mosaicos de áreas protegidas
- Conjuntos de municípios
- Áreas que envolvam mais de um estado ou bioma

O importante é que a delimitação territorial esteja claramente justificada.

Quais documentos ou evidências serão considerados adequados para comprovação dos critérios estabelecidos na Resolução Conaveg nº 10/2026?

O Edital Conaveg nº 002/2026 apresenta exemplos de documentos e evidências que podem ser considerados na avaliação.

Além desses exemplos, outros tipos de evidência também podem ser aceitos, desde que permitam demonstrar de forma consistente a realidade do território.

Preciso ter todas as parcerias formalizadas para participar?

Não necessariamente. A estratégia reconhece que muitos territórios possuem arranjos de cooperação construídos ao longo do tempo e nem sempre formalizados da mesma forma.

Entretanto, é importante apresentar evidências que demonstrem a existência dessas parcerias, como cartas de apoio, ofícios, atas, termos de cooperação ou outros documentos equivalentes.

Posso avançar de fase depois de ser reconhecido?

Sim. Os territórios podem evoluir ao longo do tempo e solicitar revisão de sua classificação.

A progressão para uma nova fase dependerá da comprovação de que os critérios e indicadores correspondentes foram atendidos, incluindo aqueles das fases anteriores.

O que acontece se eu não enviar o relatório anual do meu território?

O não envio dos relatórios pode resultar em medidas administrativas, como advertência, suspensão temporária da homologação e, em casos de descumprimento persistente, o cancelamento do reconhecimento. Também podem ocorrersanções em caso de informações falsas ou fraudulentas.

O relatório anual é um instrumento fundamental para acompanhar a evolução do território após o reconhecimento. Ele permite registrar avanços, desafios, novas parcerias, ações realizadas e o cumprimento dos critérios estabelecidos pela estratégia.

Qual é a diferença entre o reconhecimento como Território da Restauração e uma certificação ambiental?

São instrumentos diferentes. Ser reconhecido como Território da Restauração demonstra a capacidade de articulação e implementação da restauração no território. Ele fortalece a governança e a organização territorial e dá visibilidade às iniciativas locais.

O reconhecimento de um Território da Restauração não é uma licença ambiental, não regulariza questões fundiárias, não certifica créditos de carbono ou outros ativos ambientais e não substitui processos de certificação ambiental existentes.

Como é definida a fase de um Território da Restauração?

A fase do território é definida a partir da análise conjunta dos sete critérios de avaliação. Embora um território possa apresentar diferentes níveis de desenvolvimento entre os critérios, para ser reconhecido em determinada fase é necessário demonstrar que atende indicadores correspondentes a essa fase em todos os critérios avaliados, além dos requisitos das fases anteriores.

A avaliação também ajuda a identificar quais aspectos precisam ser fortalecidos para que o território possa avançar ao longo do tempo.

Todos os critérios precisam ser atendidos para que o território seja reconhecido em uma fase?

Sim. O reconhecimento em cada fase considera o conjunto dos sete critérios avaliados. Por isso, não basta apresentar apenas uma evidência por critério.

É necessário demonstrar, por meio das evidências apresentadas, que os indicadores previstos para a fase pretendida foram atendidos em todos os critérios, bem como aqueles das fases anteriores.

O que acontece se a fase indicada na candidatura for diferente da fase reconhecida na avaliação?

A candidatura não será devolvida por esse motivo. Durante a análise, os avaliadores poderão compreender que o território se enquadra em uma fase diferente daquela inicialmente indicada pela Organização Articuladora. Nesses casos, a proposta poderá ser reenquadrada durante o próprio processo de avaliação, mediante justificativa técnica dos avaliadores.

Como definir a escala territorial mais adequada para uma candidatura?

De forma geral, recomenda-se utilizar o município como unidade mínima de referência.

No entanto, os territórios podem abranger conjuntos de municípios vizinhos ou outros recortes territoriais que apresentem conexão socioambiental, ecológica ou institucional, como bacias hidrográficas, corredores ecológicos, mosaicos de áreas protegidas, reservas da biosfera ou outras unidades de planejamento territorial. O mais importante é que a delimitação proposta seja coerente e bem justificada.

Existe tamanho máximo para um Território da Restauração?

Não. Não há limite máximo de área ou número de municípios que possam compor um território. Quando a proposta envolver mais de um estado ou bioma, é importante demonstrar claramente as conexões existentes entre as áreas que compõem o território, justificando sua integração.

Pode existir mais de uma Organização Articuladora em um mesmo território?

Não. Cada candidatura deve indicar uma única Organização Articuladora, responsável pela coordenação do processo e pela interlocução com a Convaveg.

Outras instituições poderão participar como Organizações Parceiras e integrar a governança do território. Caso o território considere adequado, a estrutura de governança poderá estabelecer mecanismos internos para alternância futura da Organização Articuladora.

Uma mesma organização pode ser articuladora em diferentes propostas e territórios?

Não. É fortemente recomendado que uma mesma organização não seja a articuladora de mais de um território, para fortalecer o protagonismo de uma maior diversidade de organizações articuladoras nos territórios. Porém, ela poderá participar simultaneamente de outras candidaturas como organização parceira.

Por quanto tempo vale o reconhecimento de um Território da Restauração?

O reconhecimento é acompanhado periodicamente por meio de relatórios anuais enviados pela Organização Articuladora. Esses relatórios permitem atualizar informações sobre o território, registrar avanços e subsidiar a avaliação contínua pela Conaveg. Com base nesse acompanhamento, o território poderá evoluir para fases mais avançadas ou ter sua situação reavaliada conforme os procedimentos previstos na regulamentação da estratégia.

Territórios reconhecidos terão prioridade para receber recursos financeiros?

O reconhecimento não garante acesso automático a financiamento. Entretanto, os Territórios da Restauração poderão ser considerados em programas, projetos, editais e iniciativas de apoio vinculados aos órgãos membros da Conaveg ou a outras instituições parceiras, sempre de acordo com as regras específicas de cada fonte de financiamento.

As diferentes fases dos territórios não representam uma classificação hierárquica ou um ranqueamento. Elas servem para apoiar o planejamento, a organização territorial e a identificação das necessidades de fortalecimento de cada território, podendo contribuir para orientar estratégias de apoio e investimento.

Glossário

Arranjo Institucional de Governança Territorial: Conjunto de organizações, regras, acordos e espaços de decisão que promovem a coordenação das ações de restauração em um território.

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Serviço de orientação e apoio técnico oferecido a produtores rurais, comunidades e organizações para fortalecer atividades produtivas e de conservação ambiental.

Banco de Áreas: Conjunto organizado de informações sobre áreas com potencial para restauração, incluindo dados de localização, características ambientais e situação fundiária ou ambiental.

Cadeia Produtiva da Restauração: Rede de pessoas, organizações, insumos, serviços e conhecimentos necessários para planejar, implementar e monitorar ações de restauração da vegetação nativa.

Candidatura: Conjunto de informações, formulários e evidências apresentados por um território para solicitar seu reconhecimento como Território da Restauração.

Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg): Instância responsável por coordenar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg) e da estratégia dos Territórios da Restauração.

Condições Habilitantes: Fatores que favorecem a restauração em escala, como governança, financiamento, assistência técnica, disponibilidade de sementes e mudas, monitoramento e participação social.

Critérios: Conjunto de temas utilizados para avaliar a capacidade de um território de promover a restauração.

Diagnóstico Territorial: Levantamento de informações sobre as características socioambientais, econômicas e institucionais de um território, utilizado para apoiar o planejamento das ações de restauração.

Escalonamento: Fase mais avançada de desenvolvimento de um critério, caracterizada pela consolidação, ampliação e fortalecimento das ações já implementadas.

Estruturação: Primeira fase de desenvolvimento de um critério, marcada pela organização inicial dos atores, informações e processos necessários para a restauração.

Evidências: Documentos, registros ou outros materiais utilizados para demonstrar que determinada ação, processo ou condição existe e funciona na prática no território.

Fases: Etapas que indicam o nível de desenvolvimento de cada critério avaliado. São elas: Estruturação, Preparação, Implementação e Escalonamento.

Governança Territorial: Capacidade dos diferentes atores do território de se organizarem, tomarem decisões coletivas e coordenarem ações em torno de objetivos comuns.

Implementação: Fase em que planos, estratégias e arranjos previamente estruturados passam a ser executados na prática.

Monitoramento: Acompanhamento periódico das ações e resultados da restauração para avaliar avanços, desafios e oportunidades de melhoria.

Núcleo de Articulação por Bioma (NAB): Instância formalizada pela Conaveg de apoio à estratégia dos Territórios da Restauração formada pelas redes e coletivos de restauração dos diferentes biomas, que contribui para análise e acompanhamento das candidaturas.

Organização Articuladora: Instituição responsável por coordenar a construção da candidatura, mobilizar atores locais, organizar as evidências e representar o território junto à Conaveg.

Organizações Parceiras: Instituições, grupos, coletivos ou iniciativas que atuam no território e contribuem para a construção, implementação e fortalecimento das ações de restauração.

Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Extensão: Conjunto de atividades voltadas à geração de conhecimento, desenvolvimento de

soluções, capacitação e disseminação de práticas que apoiem a restauração.

Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg): Instrumento que orienta a implementação das ações de recuperação da vegetação nativa no Brasil e contribui para o alcance das metas nacionais de restauração.

Potencial de Restauração: Conjunto de oportunidades existentes em um território para ampliar a recuperação da vegetação nativa, considerando aspectos ambientais, sociais, fundiários e produtivos.

Preparação: Fase caracterizada pela realização de diagnósticos, planejamento, fortalecimento das parcerias e organização das informações necessárias para avançar na restauração.

Rede de Restauração: Grupo de organizações, instituições e profissionais que atuam de forma colaborativa para fortalecer a agenda da restauração em um bioma ou território.

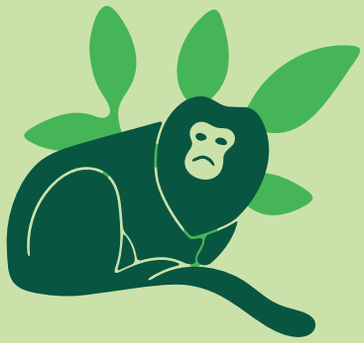
Restauração da Vegetação Nativa: Conjunto de ações destinadas a recuperar áreas degradadas ou alteradas, promovendo o retorno das funções ecológicas, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

Salvaguardas Socioambientais: Princípios, procedimentos e medidas que buscam garantir que as ações de restauração respeitem os direitos das pessoas, promovam inclusão social e evitem impactos negativos ao meio ambiente e às comunidades.

Território da Restauração: Recorte territorial que apresenta condições e capacidades para promover a restauração da vegetação nativa de forma articulada, integrada e em escala, podendo ser reconhecido pela Conaveg.

Transparência das Ações de Restauração: Disponibilização e organização de informações sobre projetos, áreas restauradas, investimentos e resultados alcançados, permitindo acompanhamento e prestação de contas.

Viabilidade Econômica: Capacidade de mobilizar e manter recursos financeiros suficientes para sustentar e ampliar as ações de restauração ao longo do tempo.



Ainda tem dúvidas?

Consulte:

Resolução Conaveg nº 10/2026
Edital Conaveg nº 002/2026
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
Núcleos de Articulação por Bioma (NAB)

Esta cartilha tem caráter informativo e didático. Para fins oficiais, consulte sempre o texto integral da Resolução Conaveg nº 10, de 9 de junho de 2026, e do Edital Conaveg nº 002/2026, disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima **(gov.br/mma)**.

Aliança pela Restauração da Amazônia
aliancaamazonia.org.br

Rede pela Restauração da Caatinga
recaa.org

Articulação pela Restauração do Cerrado
araticum.org.br

Pacto pela Restauração do Pantanal
pactorestaurapantanal.org

Pacto pela Restauração da Mara Atlântica
pactomataatlantica.org.br

Rede Sul de Restauração Ecológica
redesulrestauracao.org

RESTAURA
BIOMAS

Agência Implementadora:

Agência Executora:

Parceiros:

Coordenação: